



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

TEREZA PAZ DA SILVA

EDUCAÇÃO NO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

**ITAPORANGA
2014**

TEREZA PAZ DA SILVA

EDUCAÇÃO NO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Disciplina de Especialização em Fundamentos
da Educação da Universidade Estadual da
Paraíba, em convênio com Escola de Serviço
Público do Estado da Paraíba, em cumprimento
à exigência para obtenção do grau de
especialista.

Orientador: Prof. MSc. Irenaldo Pereira de Araújo

**ITAPORANGA
2014**

É extremamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título instituição e ano da dissertação.

S568e SILVA, TEREZA PAZ DA

Educação no Campo: desafios e possibilidades [manuscrito]: /
Tereza paz da Silva. - 2014

34p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria do Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

“Orientação: Prof. Esp. Irenaldo Pereira de Araújo,
Departamento de UEPB”.

1. Educação do campo. 2. Prática pedagógica. 3. Conquistas. I. Título

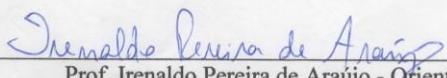
TEREZA PAZ DA SILVA

EDUCAÇÃO NO CAMPO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

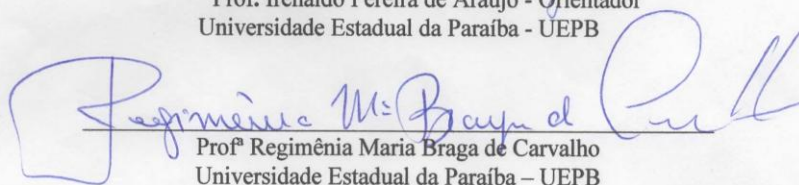
Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 17/maio/2014

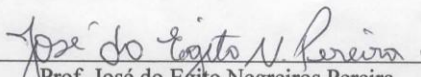
BANCA EXAMINADORA



Prof. Irenaldo Pereira de Araújo - Orientador
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Profª Regimênia Maria Braga de Carvalho
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Prof. José do Egito Negreiros Pereira
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

A conclusão deste trabalho é dedicada ao grande Deus, que me deu forças para concretizar o sonho de concluir este Curso com sucesso. Dedico também ao meu querido esposo Antônio, meus filhos, Zé Eudo e Kleydison, aos meus netos Gabriel, Miguel e Matheus, os amores da minha vida, sem os quais não seria tudo que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao **Deus** do impossível, que promete aos seus escolhidos, coisas inimagináveis aos olhos humanos, coisas que seriam impossíveis sem recursos, em todos os aspectos.

Mas Sua palavra é verdadeira: “as coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que O amam” (1 Coríntios 2:9).

Vivi na prática essa palavra com tamanha expectativa. Vi a sua misericórdia renovando-se a cada dia em minha vida, dando-me forças para continuar essa jornada, chegando à conclusão deste Curso, com muito esforço consegui e cheguei até aqui, hoje sou grata a Deus por ter me fornecido tamanha coragem.

Aos meus **pais**, que no jogo de minha vida participaram como fiéis companheiros, sofrendo cansaço nos momentos difíceis e comemorando cada vitória que conquistei. Sempre que chegamos ao fim de um campeonato temos a certeza de um triunfo, é isto que estou sentindo, uma mulher vitoriosa. Agradeço muito a Deus por ter me dado pessoas tão especiais para cuidar e ensinar a ser essa pessoa que sou, pois me sinto forte por ter vencido tantas barreiras.

Ao **esposo**, que com muita paciência está sempre me ajudando a superar os obstáculos, pelo tempo que estive distante dele e pelas vezes que cheguei muito cansada, e ele veio até onde estava e me deu algo para comer, reconhecendo que estava cansada por todo esforço que tinha feito. A você meu muito obrigada!

Aos **filhos**, que muitas vezes abrem mão de meus carinhos, de minha atenção, para que eu possa realizar os meus ideais, batalhando a cada dia. É nessa hora que reconheço o quanto eles me amam, sou grata a Deus por ter me concedido o direito de cuidar dessas joias tão preciosas, que são meus filhos.

Agradeço também aos meus **netinhos**, amores da minha vida! Como é bom ser vovó, é algo inexplicável, quando estou com eles me sinto muito feliz, tenho pouco tempo para me dedicar aos meus netos, mas quando estou com eles me dedico por completa.

A todos os **Professores**, que fizeram parte da nossa jornada, sou grata a vocês que me acompanharam, ouvindo palavras de cansaço, pois a jornada era longa e já chegava aos locais da aula expressando no corpo tudo que estava sentindo.

Ao meu **orientador Prof. MSc. Irenaldo Pereira de Araújo**, que me incentivou, dando-me dicas importantes para a conclusão desta monografia, a você meus sinceros agradecimentos, pois nas horas de desespero, sempre me animou a continuar.

Aos meus **amigos**, os quais eles foram importantes durante a minha caminhada, sou grata a eles por tudo, quando me viram desesperada, pensando que não ia conseguir, tive o apoio deles. Isto foi muito importante, pois me deu segurança para continuar.

Colegas e amigos de curso, que apesar de não termos muito tempo juntos, mas aos sábados, aproveitamos muito aqueles momentos. Vou sentir falta, espero nos encontrarmos mais vezes. Vocês vão continuar fazendo parte da minha história, uma parte importante, tanto para mim, quanto para vocês.

Aos meus **amigos e vizinhos**, que nos últimos tempos, tenho me mantido afastado por estar trabalhando de segunda à sexta, e nos sábados, estudando. Então não tenho tido tempo para conversarmos e contarmos as nossas histórias. Sinto falta, vocês são muito especiais para mim.

Aos meus **Colegas de trabalho**, agradeço a vocês que sempre ouviram as minhas experiências vividas durante o percurso da Especialização em Fundamentos da Educação da Universidade Estadual da Paraíba, pois sempre que ia assistir às aulas, tinha algo para contar, e vocês sempre me ouviram, dando forças para continuar.

Agradeço a **meus alunos**, pois são por vocês que sempre passei por essa e outras formações durante a minha jornada, para ser uma professora atualizada com aulas atrativas, que chamem a atenção deles.

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.

Paulo Freire

RESUMO

A educação consiste no preparo para o futuro, e com base no presente podemos traçar liames para o futuro. Vive-se em uma sociedade em que tudo se transforma de forma célere e o que está em uso hoje, amanhã pode se tornar obsoleto. Na perspectiva de educar para o futuro, a educação precisa ser dinâmica para que possa acompanhar o desenvolvimento da sociedade. No decorrer do presente trabalho científico, evidencia-se o propósito de conhecer as características e especificidades da prática pedagógica no espaço rural, levando em consideração os diversos contextos sociais, políticos e econômicos em que se desenvolve a educação. A educação do campo tem feito suas conquistas na agenda política dos Governos Federal, Estadual e Municipal nos últimos anos. Todas essas conquistas são frutos das demandas e dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais. Essas diretrizes possibilitaram a elaboração de propostas pedagógicas que valorizem a organização do ensino diversificado, aproveitando os processos de transformações que estão acontecendo com uma gestão democrática que acompanhe os avanços científicos e tecnológicos, conhecendo sua importância para a melhoria da educação no campo. A concepção de Educação do Campo proposta pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001) vai além da concepção de educação rural que se tinha, a saber, uma educação que considerava apenas a dimensão econômica. Todo indivíduo tem direito à Educação garantida pelo Poder Público, independentemente de residir em meio rural ou urbano. É direito garantido por Lei, que os povos do campo tenham acesso à educação pública gratuita e universal em todos os níveis de modalidade.

Palavras chaves: Educação do campo. Prática pedagógica. Conquistas.

ABSTRACT

The education consists in preparing for the future , and based on this we can trace bonds for the future . We live in a society where everything turns swiftly and that is in use today may become obsolete tomorrow . From the perspective of educating for the future , education must be dynamic so you can follow the development of society . In the course of this scientific work , it becomes clear the purpose of knowing the characteristics and peculiarities of pedagogical practice in rural areas , taking into account the different social, political and economic contexts in which it develops education . The education field has made his achievements on the political agenda of the Federal, State and City in recent years . All these achievements are the result of the demands and social movements and organizations of rural workers. These guidelines allowed for the creation of pedagogical proposals that enhance the organization 's diverse education , leveraging the processes of transformations that are taking place with a democratic management to monitor the scientific and technological advances , knowing its importance to the improvement of rural education . The design proposed by the Field Education Operational Guidelines for Basic Education in Field Schools (2001) goes beyond the concept of rural education which had , namely an education that considered only the economic dimension . Everyone has the right to education guaranteed by the government , regardless of living in a rural or urban environment . It is right guaranteed by law , that the people of the countryside have access to free and universal public education at all levels of sport.

Key words: Rural education. Pedagogical practice. Achievements.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESPAÇO RURAL	13
2.1 Análise Conceitual	13
2.2 Considerações Históricas	16
2.3 O Surgimento da Educação do Campo.....	18
3 FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ATUALIDADE	20
3.1 A Luta por uma Educação do e no Campo.....	20
3.2 Políticas Educacionais voltadas ao Campo	21
3.3 Dificuldades verificadas no Espaço Rural quanto à Educação.....	23
4 METODOLOGIA	25
4.1 Caracterização da Pesquisa	25
4.2 Educador e as Práticas Pedagógicas no Espaço Rural	26
4.3 A Educação do Campo nos Dias Atuais	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Vislumbra-se que a educação na atualidade induz a novos paradigmas, tendo em vista a evolução social e conseqüentes transformações das características dos discentes. A relação professor-aluno tem se modificado, assim como as metodologias de ensino, as formas de avaliações, entre outros fatores.

A educação consiste no preparo para o futuro, e com base no presente podemos traçar liames para o amanhã. Vive-se em uma sociedade em que tudo se transforma de forma célere, e o que está em uso hoje, amanhã pode se tornar obsoleto. Nesta perspectiva, a educação precisa ser dinâmica para que possa acompanhar o desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, as práticas pedagógicas, bem como o Projeto Político Pedagógico, necessitam que ocorram de forma contextualizada para melhor atender às demandas onde a escola está inserida.

Atualmente, verifica-se a quebra de paradigmas nos vários segmentos sociais, bem como a preservação de outros. Assim, acredita-se na possibilidade de adequação dos parâmetros educacionais à educação do campo de forma que venha atender às exigências sociais e culturais das populações residentes em espaços rurais.

Acredita-se, pois, na possibilidade de contextualização do ensino nos espaços rurais, em vista da melhoria da sua qualidade, especialmente por estar consoante às necessidades culturais e dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento da vida social e cultural dessa população.

Procurando acompanhar as transformações sociais, muito tem sido feito para que a educação siga o mesmo ritmo da sociedade pós-moderna. Algumas leis foram criadas e se passou a investir mais na educação. Neste sentido, observam-se mudanças em práticas educacionais e resultados promissores estão aos poucos chegando.

Outrossim, a educação do campo passa para um patamar em que há vários desafios a serem superados para que se possa garantir às populações camponesas mais dignidade, cultura e paridade de conhecimentos. Entre tais desafios, encontra-se o fazer pedagógico, tendo em vista que a construção desse processo educativo necessita de fortalecimento da identidade da escola do campo, pois seu aporte é sua própria realidade.

Nessa linha de raciocínio, faz-se pertinente uma análise mais acurada das práticas pedagógicas na educação do campo ao se considerar as peculiaridades do público alvo atendido pelas escolas no campo.

O tema partiu da seguinte questão problema: é possível oferecer um ensino de boa qualidade na zona rural? Para dar suporte a esta problemática foi elaborada o seguinte objetivo geral: Analisar as características e especificidades da prática pedagógica no espaço rural. Para compreendermos este processo apontamos alguns objetivos específicos: Estudar a evolução da educação no espaço rural; Analisar os fundamentos pedagógicos da educação do campo; Verificar a prática pedagógica inerente aos professores da educação no campo.

Ao escolher esse tema, a intenção é desenvolver um estudo que possibilite conhecer melhor o fundamento da educação do campo ou da zona rural. A relação professor-aluno tem se modificado, assim como as metodologias do ensino, as formas de avaliação, dentre outras.

Entende-se de relevante importância, a escolha do tema, em vista da experiência da autora que também leciona para alunos do meio rural. Além disso, considera-se também relevante a contribuição da pesquisa de forma que possibilita a sistematização dos conhecimentos a respeito do tema sob análise, e assim, proporcione melhores condições de entendimento da realidade do meio rural, em se tratando de educação.

O presente trabalho está organizado em três capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo, foi feita uma análise sobre a revolução da educação no espaço rural, como também alguns dos termos Educação do Campo e suas considerações históricas no Brasil.

No segundo capítulo, apresentamos os fundamentos pedagógicos da educação do campo na atualidade, a luta enfrentada por uma educação do e no campo, suas políticas educacionais voltadas ao campo e as dificuldades verificadas no espaço rural quanto à educação.

No terceiro capítulo, é apresentada a metodologia, como a pesquisa é caracterizada, as práticas pedagógicas no espaço, e como está agindo a educação do campo nos dias atuais e todas as mudanças que tem acontecido para que hoje tivéssemos essa educação.

Nas considerações finais, com base nos estudos realizados, fizemos uma análise das características e especificidades da prática pedagógica, dos movimentos e das mudanças significativas que têm trazido para uma educação de qualidade vivenciada hoje no campo. De acordo com o que pesquisamos, podemos ver que a educação do campo tem evoluído na forma de pensar a escola, relacionando-se à construção da sociedade e de desenvolvimento do aluno cidadão.

Vendo todas as etapas percorridas, percebemos o quanto a Educação do Campo passou por mudanças, mas vemos também que ainda tem muito a ser feito para que essas pessoas que atuam na zona rural tenham uma educação de qualidade tão sonhada. Com isso, comprovamos que a luta não acabou, pois enquanto houver escolas desestruturadas, sem recursos pedagógicos

de qualidade, sempre vão existir pessoas procurando formas políticas de melhorar a educação dessas crianças.

2 EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESPAÇO RURAL

No decorrer do presente trabalho, está evidenciado o propósito de conhecer as características e especificidades da prática pedagógica no espaço rural, levando em consideração os diversos contextos sociais, políticos e econômicos em que se desenvolve a educação. Para tanto, é recorrente a ênfase aos aspectos inerentes a cada localidade, população e políticas educacionais até se chegar aos pontos basilares desse trabalho, qual seja, a possibilidade de oferta de uma educação de qualidade nos espaços rurais.

Nesse diapasão, para que se tenha o arcabouço teórico indispensável para entendimento e compreensão das ideias pertinentes ao tema em epígrafe, objetiva-se, na seção que se inicia, sem nenhuma pretensão de esgotar os temas tratados, dado a sua abrangência, fazer uma explanação de forma sucinta a respeito da Educação do Campo, voltando-se para sua origem e contexto do Brasil.

2.1 Análise Conceitual

O termo Educação do Campo nem sempre existiu no contexto da educação com a conotação que lhe é inerente atualmente. Em razão disso, faz necessário analisar o termo dentro da perspectiva de que a Educação do Campo surgiu das demandas dos movimentos dos camponeses na construção de uma política educacional voltada para os assentamentos da reforma agrária.

Enfatiza-se que o conceito de Educação do Campo não está pronto, acabado, e enseja-se a uma análise dentro do contexto da atual sociedade e do momento em que se constrói a educação. Dessa forma, destaca Caldart (2007, p. 2):

O conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes. Para nós o debate conceitual é importante à medida que nos ajuda a ter mais claro quais são os embates e quais os desafios práticos que temos pela frente. No debate teórico, o momento atual não nos parece ser o de buscar “fixar” um conceito, fechá-lo em um conjunto de palavras, porque isso poderia matar a ideia de movimento da realidade que ele quer apreender, abstrair, e que nós precisamos compreender com mais rigor justamente para poder influir ou intervir no seu curso.

Das afirmações da autora, depreende-se que no cenário da educação do campo há evidentes práticas, relações e embates que possibilitam construir um universo teórico para a análise das implicações práticas frente à realidade, considerando o contexto brasileiro e a dinâmica própria que circunda os sujeitos sociais do campo.

Dentre as questões importantes a serem consideradas na análise conceitual da Educação do campo, podem ser destacadas as que evidenciam tensões que revelariam contradições importantes. Em razão disso, enfatizam-se, a seguir, as questões analisadas por Caldart na ocasião de preparação para o II Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), realizado em Luziânia, GO, em 2 de outubro de 2007.

Assim, a primeira questão evidenciada pela autora em foco (2007, p. 2) é a de que o cerne da Educação do Campo precisa ser estudado tendo por base a tríade: Campo, Política Pública e Educação, pois há quem queira tirar o campo com o objetivo de esquivar-se das contradições sociais; há, também, os que procuram expurgar da Educação do Campo o caráter de política pública, possivelmente temendo ao desvirtuamento dos objetivos da educação do campo em decorrência da aproximação com o Estado; há ainda os que preferem ver a Educação do Campo como uma Pedagogia.

Em virtude disso, Caldart (2007, p. 3) destaca que:

É importante ter presente que está em questão a Educação do Campo, pensada na tríade campo - política pública – educação, e desde os seus vínculos sociais de origem, uma política de educação da classe trabalhadora do campo, para a construção de um outro projeto de campo, de país, e que pelas circunstâncias sociais objetivas de hoje, implica na formação dos trabalhadores para lutas anticapitalistas, necessárias à sua própria sobrevivência; enquanto classe, mas também enquanto humanidade. Formação que inclui a afirmação de novos protagonistas para pensar/construir esta política: os próprios trabalhadores do campo como sujeitos construtores de seu projeto de formação.

Dessa forma, entende-se que a tríade em epígrafe constitui os pilares em que se apoia o desenvolvimento da Educação do Campo, razão pela qual os trabalhadores não podem deixar de lado a importância dela, tendo em vista que constitui uma política pública mais ampla, incluindo políticas de acesso à educação pública para todas as pessoas que fazem parte do campo.

A segunda questão evidenciada por Caldart (2007, p. 3) “é a de que a Educação do Campo constitui uma especificidade diante do cenário nacional”. Essa especificidade é inerente ao campo, aos sujeitos, bem como os processos formadores que estão socialmente envolvidos.

Essas especificidades preocupam os que defendem a universalização da educação, razão pela qual a contradição que existe tem procurado explicitar que historicamente, determinadas particularidades não foram consideradas na pretendida universalidade.

Nesse diapasão, fica evidenciado que a realidade dos sujeitos que residem no campo, considerando todos os seus aspectos, não tem sido levada em consideração na elaboração dos parâmetros da teoria pedagógica, configurando preconceito e discriminação. Assim, o universal tem sido pouco universal, considerando o que as especificidades da educação do campo denunciam.

Há, ainda, uma terceira questão a ser destacada no que diz respeito ao movimento da Educação do Campo, o qual, segundo Caldart (2007, p. 4) se constitui de três momentos distintos, mas simultâneos:

A Educação do Campo é negatividade: *denúncia/resistência*, luta contra. Basta! de considerar natural que os sujeitos trabalhadores do campo sejam tratados como inferiores, atrasados, pessoas de segunda categoria; que a situação de miséria seja seu destino; que no campo não tenha escola, que seja preciso sair do campo para frequentar uma escola; que o acesso à educação se restrinja à escola, que o conhecimento produzido pelos camponeses seja desprezado como ignorância...

A Educação do Campo é positividade: a denúncia não é espera passiva, mas se combina com *práticas e propostas concretas* do que fazer, do como fazer: a educação, as políticas públicas, a produção, a organização comunitária, a escola,...

A Educação do Campo é superação: *projeto/utopia*: projeção de uma outra Concepção de campo, de sociedade, de relação campo e cidade, de educação, de escola. Perspectiva de *transformação social* e de *emancipação humana*.

Nessa perspectiva, verifica-se que os sujeitos são distintos e se relacionam de forma diferente nos três momentos. Dessa forma, a compreensão de cada momento pode ser diferente.

2.2 Considerações Históricas

Para entender o processo evolutivo dos debates atuais sobre a educação do campo, faz-se necessário conhecer um pouco a respeito da história do Brasil relacionadas à educação.

Inicialmente, destaca-se que com a vinda dos portugueses para o Brasil no século XI, os habitantes nativos passaram a ser explorados em conjunto com as riquezas, e, como consequência, posteriormente, iniciaram o processo de expulsão de suas terras, massacrando-os e exterminando-os.

A respeito disso, Carvalho (2002, p. 18) assevera que “o efeito imediato da conquista foi dominação e extermínio pela guerra, pela escravização, pela doença de milhões de indígenas”. Há de considerar que os africanos e imigrantes pobres de origem europeia também foram explorados, posteriormente.

Diante desse contexto, verifica-se, inevitavelmente, a formação de uma classe que domina e de outra dominada, refletindo-se na vida social, econômica e na educação, como destaca Ferreira e Brandão (2011):

[...] o modelo de educação praticado no Brasil pelos diferentes governos entre o início do Império (1822), até meados do século XX, era uma educação para a elite econômica e intelectual, em prejuízo direto e indiscriminado dos pobres, negros e índios. Inclusive a primeira Lei, ainda no período imperial, quando se reporta à educação, não se ateu às especificidades diretas da zona rural onde a população brasileira vivia.

A lei a que faz referência Ferreira e Brandão foi aprovada em 15 de outubro de 1827 pela Assembleia Legislativa e tratava sobre instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que “em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (2011, p.5).

A Lei de 15 de outubro de 1827, criada por D. Pedro I, que estabelecia o seguinte:

[...] os presidentes de província definiam os ordenados dos professores; as escolas deviam ser de ensino mútuo; os professores que não tivessem formação para ensinar, deveriam providenciar a necessária preparação em curto prazo e às próprias custas; determinava os conteúdos das disciplinas; devem ser ensinados os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana; deve ser dada preferência aos temas, no ensino de leitura, sobre a Constituição do Império e História do Brasil.

Destaca Magalhães (2005, p. 3) que na primeira República, proclamada em 1889, “parece terem sido os positivistas quem ‘pensaram’ a Educação e efetivaram as reformas educacionais, em nível nacional” e, segundo Ferreira e Brandão (2011, p.413), esse positivismo “teve como característica estimular e exaltar a industrialização da sociedade moderna, sem nenhuma preocupação com as demais formas de organização da sociedade, a exemplo dos que residiam e produziam no campo”.

Verifica-se que houve uma preocupação com o aspecto econômico nos centros urbanos em detrimento dos que habitavam no campo. Buscando melhores condições de vida, o homem do campo partiu para as cidades e, conseqüentemente, houve considerável diminuição da população rural.

Na segunda metade do século XX, teve início um processo no qual a economia brasileira se apresentava de forma dicotômica: a indústria começou a se desenvolver de forma que se contrapunha à agricultura da época. Sendo interpretado como sendo extremos de um país em desenvolvimento industrial, onde de um lado estava o avançado industrial e de outro, o atrasado rural. Assim, por óbvio, entendia-se evidente a necessidade de mudanças dos dirigentes das elites em prol do desenvolvimento. Segundo Sandroni (1999, p. 186) *apud* Ferreira e Brandão:

[...] o dualismo desenvolveu-se a partir dos anos 50 com as concepções estruturalistas (os Dois Brasis ou o Dualismo Estrutural), sendo que as estruturas atrasadas do meio rural seriam um impedimento ao desenvolvimento dos setores dinâmicos como a indústria [...]

Observa-se então, nesse período, uma migração forçada em busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos, em decorrência dessa visão dualista. Assim, os trabalhadores rurais teriam que se mudar para as cidades, pois não havia incentivos que proporcionasse a permanência deles no campo.

Por volta de 1960, inicia-se o processo de universalização da educação brasileira visando atender às necessidades da sociedade ora em desenvolvimento. Assim, destaca Ferreira e Brandão (2011, p.413):

As escolas, agora escolas públicas, também destinadas aos pobres, à classe trabalhadora, passaram a ter como finalidade, a formação de técnicos para a indústria. A partir desta década, muitas escolas situadas nas áreas rurais começaram a ser desativadas, ficando seus prédios abandonados. Na prática, a escola no Brasil historicamente produziu um quadro de exclusão das camadas baixas da sociedade.

Com a falta de incentivos à educação na zona rural, os alunos se viram na obrigação de buscar as escolas dos grandes centros e ao chegarem nesses espaços não encontravam a relação dos conteúdos e finalidades com sua realidade, e muitas vezes esse fato conduzia à evasão escolar. Mesmo assim, objetivando atender às necessidades da sociedade industrial, o ensino nas cidades foi intensificado em detrimento da educação no meio rural.

Mudanças significativas no cenário educacional brasileiro ocorreram com o Golpe de 1964, tendo em vista os limites e controle estabelecidos. As universidades sofrem intervenções, os educadores e lideranças são perseguidos e exilados, os movimentos são desarticulados, entre outras formas de controle social. Ocorre que as autoridades queriam fazer do Brasil uma potência e chegaram à conclusão de que o analfabetismo era um dos

grandes empecilhos para isso. Dessa forma, organizaram várias campanhas de alfabetização objetivando o desenvolvimento do país.

Mesmo diante dessa situação, destacam Rocha, Passos e Carvalho (2004, p. 34) que:

[...] a educação para a população do meio rural, nunca tivera políticas específicas, o atendimento à educação se deu através de campanhas, projetos e/ou políticas compensatórias, sem levar em conta as formas de viver e conviver dos povos do campo, que ao longo da história foram excluídos enquanto sujeitos do processo educativo.

Assim, diante da realidade em que se encontrava o campo, sem avanços sociais, políticos e econômicos, como destaca Ferreira e Brandão (2011, p. 546), "os trabalhadores rurais começaram a se mobilizar frente às políticas governamentais de construção de usinas hidroelétricas, da concentração de terras nas mãos de latifundiários, dos projetos de colonização da Amazônia, e um dos mais bem organizados foi e é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)".

2.3 O surgimento da Educação do Campo

Por óbvio, cumpre-se reafirmar que a educação do campo não surgiu na cidade, mas dos movimentos sociais, sendo pensada pelos trabalhadores do campo, diferente da educação das cidades que não atende às exigências da educação do campo.

Um grande marco para as conquistas sociais ocorreu com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, denominada de "Constituição Cidadã". Com esta, vários direitos foram garantidos e de relevante importância os direitos sociais conquistados, até então renegados.

A educação na modalidade de ensino rural sempre estivera na pauta dos discursos dos governantes, como bem destaca Ferreira e Brandão (2011, p. 546), "no entanto não havia efetivo respeito ao homem do campo como prioridade em seus currículos escolares e direito à educação". Entendem que foram e continuam sendo discursos de cooptação dos movimentos sociais.

O que tem se observado, é que nas últimas décadas do século XX, as reivindicações dos trabalhadores sem terra se repercutiram em âmbito mundial. A educação e a escola nesses

espaços e tempos diferentes não poderiam deixar de ser problematizadas pelos seus protagonistas.

Surge então, em 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em atendimento às demandas e lutas dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação de qualidade. Tal programa consiste numa “política pública de Educação do Campo a ser desenvolvida em áreas de Reforma Agrária”, como destaca Oliveira e García (2008, p. 118).

Depois de alguns anos de atuação, observa-se o trabalho de um grande número de educadoras e educadores que mobilizam recursos e esforços, se reúnem, debatem, estudam e refazem concepções e práticas.

O termo escola do campo se fundamenta na prática educativa e tem se desenvolvido nos movimentos sociais nas diferentes organizações que atuam com educação, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, que determina em seu artigo 1º o seguinte: “A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

De acordo com a LDB, todas as crianças podem ser educadas e tornarem cidadãos, tendo um contato direto com a família, mostrando que a educação está presente em todos os processos formativos ocorridos ao longo de sua história, dentro ou fora da escola.

3 FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA ATUALIDADE

3.1 A luta por uma Educação do e no Campo

Para ter uma educação de qualidade no campo, foi necessária uma série de discussões, ou seja, de lutas por todos que fazem parte dessa comunidade: os educadores, educandos, pais dessas crianças e a comunidade rural.

A expressão Educação de Campo vem passando por grandes mudanças, então os alunos do campo devem e podem acompanhar essas mudanças e não podem ficar ociosos neste processo de evolução.

Como reitera Moura (2009, p.12):

Essa realidade é percebida no espaço rural, e nesta perspectiva, se inserem os sujeitos do campo, como o agricultor familiar, que não consegue acompanhar a evolução tecnológica que a globalização lhe confere. Como resultado, muitos desses agricultores acabam por abandonar o campo e buscam a cidade pensando ser essa a alternativa mais viável para o futuro. É importante que se diga, que neste processo, a escola não teve grande importância, e muitas vezes, estimulou o sentimento de que o campo é atrasado, e que somente as pessoas que moram na cidade podem usufruir das comodidades e do confronto proporcionado pela evolução do processo urbano. Portanto, a realidade vivida pelo homem do campo, seus saberes não são valorizados na comunidade rural, como não o são na escola que educa esses sujeitos.

A escola do campo deve acompanhar as mudanças que estão acontecendo, respeitando as suas culturas, mas sendo modernizada, pois ela não pode ficar parada no tempo. São essas mudanças que a comunidade do campo deseja, ou seja, uma escola atualizada que acompanhe as evoluções do século XXI. Ela pode trabalhar com uma dimensão de conhecimento de forma a garantir um trabalho pedagógico de qualidade, formando alunos capazes de serem cidadãos autônomos, como relata Caldart (2001, p.137).

Faz parte do processo de construção do novo desenho de escola e do exercício da práxis uma reflexão epistemológica sobre como as práticas educativas escolares devem trabalhar com a dimensão do conhecimento, e como essa dimensão integra o processo educativo mais amplo: que conhecimentos, que modos de produção do conhecimento, que forma de trabalho pedagógico para garantir o movimento entre apropriação e produção do conhecimento e o engate entre conhecimento e processo formativo como um todo: que conhecimentos ajudam nos processos de formação do ser humano, na formação de sujeitos coletivos, nas lutas sociais emancipatórias; que conhecimentos se produzem nestes processos; que concepção de conhecimento, que matriz teórica de produção do conhecimento, de ciência, de pesquisa, nos deve servir como referência. (CALDART, 2001 P.137).

As escolas do campo têm uma infinidade de recursos para trabalhar em sala de aula. É importante que se trabalhe de acordo com os conhecimentos dos trabalhadores do campo, a comunidade escolar, a informação a respeito dos processos de construção do território e o papel que a sociedade exerce na construção da mesma, assim os alunos vão se sentindo mais à vontade, adquirindo o conhecimento com mais facilidade, pois já fazem parte da vida deles, juntando o conhecimento elaborado ao conhecimento do cotidiano.

A escola do campo não é responsável apenas pela transmissão de conhecimento, ela precisa trabalhar também os valores, ou seja, os saberes populares.

De acordo com Moura (2009. P.13):

Desta forma, e para uma melhor compreensão do problema, parte-se para a análise de uma importante categoria espacial: o lugar. É por meio da compreensão e do conhecimento do lugar, que os educadores das escolas rurais poderão compor suas práticas educativas, de forma a respeitar e apreender sobre os saberes sociais das comunidades envolvidas.

A escola de campo não pode ser excluída socialmente, pois essa exclusão social tem provocado problemas, revoltas e desânimo nos alunos. Ao ser valorizado de acordo com a sua identidade cultural, o aluno do campo vai reconhecer que está recebendo uma educação de acordo com as suas condições reais, sendo respeitado como sujeito de direitos.

3.2 Políticas Educacionais Voltadas ao Campo

A educação do campo tem feito suas conquistas na agenda política dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Nos últimos anos, todas essas conquistas são frutos das demandas e dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, ganhando destaque a partir da década de 1990.

Tudo que foi conquistado para se ter uma educação do campo foi graças ao envolvimento com a comunidade que sempre lutou por uma educação de qualidade para as pessoas que moram na zona rural.

Em 1988, com a elaboração da Constituição Federal Brasileira, a educação passou a ser direito de todos e dever do Estado. Mesmo sendo o Brasil um país com características agrárias, as constituições que antecedem a CF de 1988 não mencionam a questão da educação do campo, até então chamada de educação rural. Segundo o Ministério da Educação (2001, p. 3) “essa ausência legal para com a educação do campo representa um descaso dos dirigentes com a educação dos que moram na zona rural”.

Sobre a Educação do Campo o MEC (Brasil, 2001, p.10) enfatiza o seguinte:

Apesar da Constituição Federal Brasileira de 1988 não dispor diretamente sobre a Educação do Campo, ao garantir o direito de todos à educação, independente de residirem na zona urbana ou rural, [...] os princípios e preceitos legais da educação abrangem todos os níveis e modalidades de ensino ministrado em qualquer parte do país [...].

“Em 1996, o corpo legal da Constituição Federal Brasileira possibilitou que fosse publicada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), que destacou, em apenas um artigo a educação rural como garantia a população camponesa”. (BRASIL, 1996).

Os espaços debatidos possibilitados pela LDB - Lei nº 9.394/96 e as Conferências Nacionais sobre Educação do Campo realizadas no final da década de 1990, em articulação com a mobilização dos movimentos sociais do campo, resultaram na construção de um novo paradigma de Educação do Campo. A LDB 9.394/96, ao afirmar, em seu artigo 28, a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural abre as portas para flexibilizar uma educação de qualidade aos moradores do campo.

As decisões tomadas pelas Diretrizes Operacionais (Brasil, 2001, p. 1) para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destacam o seguinte:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana.

Essas diretrizes possibilitaram a elaboração de propostas pedagógicas que valorizem a organização do ensino diversificado, aproveitando os processos de transformações que estão acontecendo com uma gestão democrática que acompanhe os avanços científicos e tecnológicos, conhecendo sua importância para a melhoria da educação no campo.

A concepção de Educação do Campo proposta pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001, p. 32) “vai além da concepção de educação rural que se tinha, a saber, uma educação que considerava apenas a dimensão econômica”.

De acordo com Vendramini (2007, p. 27), “muitas conquistas foram acontecendo pela educação do campo no âmbito das políticas públicas”, com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer n. 36/2001 e Resolução n. 1/2002 do Conselho Nacional de Educação).

Essas diretrizes (Brasil, 2002, p. 3) definem questões importantes para a escola do campo:

[...] pela sua vinculação as questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País.

As propostas elaboradas nas diretrizes determinam que a escola do campo deva ser de qualidade, e que é um direito dos povos do campo, uma educação que respeita às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido.

Oliveira e Boiago (2008, p. 5) ”afirmam que a nova concepção abrange a emancipação humana, o atendimento às especificidades do campo, levando em consideração aspectos da cultura campesina, da identidade dos sujeitos em questão, das relações socioambientais e também das organizações políticas”.

Com as pesquisa, descobrimos que os alunos do campo têm direito a uma educação que os conscientize como sujeitos de direitos, uma educação do campo com formação humana para o desenvolvimento sustentável, onde esses alunos possam sair da escola, preparado para enfrentar a vida além do lugar onde moram, caso seja, a sua vontade.

3.3 Dificuldades Verificadas no Espaço Rural Quanto à Educação

São muitas as dificuldades enfrentadas no espaço rural, as quais sofreram vários tipos de discriminações governamentais de tempos anteriores, foi negada aos mesmos uma educação de acordo com as suas culturas, suas formas de vida. Na Lei 4.024/61, considerada a primeira LDB, continuou negando a existência da diversidade no meio rural brasileiro, pois a escola estava condicionada às intencionalidades capitalistas. Veja o que pensa Leite (1996, p. 38) na citação abaixo:

Foi a negação da escolarização nacional, da cultura, do hábito, do trabalho e dos valores da sociedade. Foi a cristalização de uma relação de dependência e subordinação que, historicamente, vinha acontecendo desde o período colonial. A concretização desses impasses aconteceu por ocasião da promulgação da Lei 4.024, em dezembro de 1961.

O Encontro Nacional dos Educadores/as da Reforma Agrária (ENERA) foi o primeiro espaço constituído pelos movimentos sociais e sindicais do campo como: MST, CONTAG, CPT e outros. Estes encontros sempre foram apoiados por ONGs e por organismos ligados à Igreja Católica (CNBB) e organizações ligadas à ONU como é o caso da FAO, UNESCO e UNICEF.

Os movimentos sociais tiveram um importante papel contra as propostas elaboradas pelo dogma neoliberal que tinha a ideia liberal clássica de neutralidade, uma visão instrumentalista do aparelho político, “o atraso agrário, uma noção capitalista de reforma agrária misturada com elementos oligárquicos do Brasil Colônia e, por fim, a existência de classes dominantes parcialmente burguesas, pois o poder está acumulado entre o capital e o político” (BIANCHETTI, 2005, p. 40).

Para Arroyo (1999, p. 09) “os movimentos sociais são em si mesmos educativos em seu modo de se expressar, pois o fazem mais do que por palavras, utilizando gestos, mobilizações, realizando ações, a partir das causas sociais geradoras de processos participativos e mobilizadores”.

A burocracia estatal delimita as ações da Coordenação para a Educação do Campo. O que tem impulsionado, realmente, são as práticas realizadas pelos movimentos sociais do campo que possuem uma noção clara sobre a educação dessas pessoas e quais as suas necessidades.

Conforme destaca Fernandes (2005, p.70).

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

Tendo em vista a grande diversidade encontrada na zona rural, nosso pensamento é usar o lugar onde essa população vive e tomá-lo como ponto de partida, ou seja, a sua realidade, para que assim esses alunos possam idealizar o mundo onde vivemos, construindo assim a sua identidade.

4 METODOLOGIA

Para realizar esta pesquisa bibliográfica fizemos uma análise bem detalhada sobre a educação no campo. Escolhemos a pesquisa bibliográfica por oferecer uma bagagem teórica diversificada, contribuindo para ampliar melhor o conhecimento e fazer dessa pesquisa um material rico de informações sobre o assunto em questão.

4.1 Caracterização da Pesquisa

Optamos por trabalhar com a pesquisa bibliográfica, por abranger parte da bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais catalográficos, etc.

De acordo com Lakatos Marconi (2001, p. 43-44) “este tipo de pesquisa tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto por ele pesquisado”.

Para Manzo (1971, p.32), “a pesquisa bibliográfica oferece meios para definir, resolver não apenas problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizam suficientemente, pois além de o pesquisador estar explorando sua área em questão, vai fazer novas descobertas”.

Lakatos e Marconi (1992, p.44) enfatizam as fases da Pesquisa Bibliográfica em oito fases distintas:

Escolha do tema que se deseja provar ou desenvolver; Elaboração do plano de trabalho; Identificação que é a fase de reconhecimento do assunto pertinente ao tema de estudo para realizar a análise do material bibliográfico; Localizar as fichas bibliográficas nos arquivos das bibliotecas; Compilação, ou seja, reunião de todo material coletado, fichamento dos dados coletados, as fontes de referência em fichas e a análise e interpretação crítica do material bibliográfico e comprovação ou refutação das hipóteses, com base nos dados coletados expondo a sua compreensão.

A pesquisa bibliográfica é muito segura, ela é baseada na coleta de dados com materiais diversificados, permitindo ao pesquisador ampliar os seus conhecimentos sobre o assunto da pesquisa, tendo fundamentos seguros para tornar a política em ação mais segura e com resultados úteis para quem vai ler.

4.2 Educador e as Práticas Pedagógicas no Espaço Rural

De acordo com Oliveira (2004, p. 64), “a Educação é um direito de todo e qualquer indivíduo e deve ser garantida pelo poder público a toda população, independente desta residir em um meio rural ou urbano”. É direito garantido por Lei que os povos do campo tenham acesso à educação pública gratuita e universal em todos os níveis de modalidade.

Essa educação não pode ser transmitida de qualquer forma, precisamos de professores bem preparados para atuar nessas áreas e em 2004 foi criado pelo Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, que tem como finalidade atualizar os professores de acordo com as mudanças que vêm acontecendo nos dias atuais.

Nesse sentido, Sousa (2008, p.1107) preleciona:

Em 2004, foi criado, no Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), na qual existe uma coordenação de educação do campo. Ainda, no MEC, foi organizado o Grupo Permanente de Trabalho (GPT) sobre educação do campo e foi elaborado o documento intitulado “Referências para uma política nacional de educação do campo”. O Grupo anuncia dois fundamentos da educação do campo: a superação da dicotomia entre rural e urbano; relações de pertencças diferenciadas e abertas para o mundo.

Os princípios da educação do campo explícitos pelo Grupo Permanente de Trabalho (GPT) são elencados levando em consideração todas as necessidades inerentes à vida campestre.

A respeito, Sousa (2008, p. 1089), enfatiza:

A educação do campo de qualidade é um direito dos povos do campo; a educação do campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido; a educação do Campo no campo; a educação do campo enquanto produção de cultura; a educação do campo na formação dos sujeitos; a educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável; a educação do campo e o respeito às características do campo.

A educação do campo acontece tanto em espaços escolares quanto fora deles. Envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados. Realizado na organização das comunidades e dos seus territórios, que se distanciam de um lugar para outro. Não só existe o saber fornecido na sala de aula, tem também aquele aprendido no campo com seus pais, no

caminho de casa para a escola, nas horas das brincadeiras e os trazidos de suas gerações anteriores.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB 9394/96, afirma-se que: “a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Neste sentido, a escola do campo deve estar de acordo com a realidade dos seus alunos, uma realidade que não esteja limitada ao espaço geográfico, mas que se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que descrevem os modos de vida desses sujeitos, uma educação que aproveita as experiências de vida dessas crianças, onde o professor não seja considerado o único detentor do conhecimento.

Cunha (2008, p.124) amplia a abrangência:

O processo de ensinar e aprender requer que alguém se dedique a construí-los nas condições reais existentes. Tal ação pode ser produzida pelo professor com sua capacidade de sentir, pensar, analisar, fazer, principalmente quando se junta com o grupo de docentes da escola para discutir e construir soluções coletivas e originais para os problemas ou situações vivenciadas no cotidiano escolar.

Segundo Caldart (2001, p. 8), “ao elaborar uma proposta de educação do campo é preciso ter um olhar pedagógico também diferenciado como forma de respeito e valorização ao espaço agrário, pois os alunos da zona Rural e urbano pensam de formas diferenciadas”.

4.3 A Educação do Campo nos Dias Atuais

Vivemos em uma sociedade com características diferentes, onde cada indivíduo possui interesses e poderes diferenciados que se interagem no cotidiano a fim de atingir as suas necessidades. Seus membros não apenas possuem características diferenciadas, como também possuem ideias, valores, interesses e aspirações diferentes.

Por sermos diferentes, desenvolvemos habilidades, talentos, oferta de serviços, e essas diferenças nos fazem pessoas únicas com formas de aprendizagens diferenciadas. São essas diferenças que a escola deve respeitar. É de suma importância reconhecer a identidade da

escola do campo, de sua ação de acordo com a realidade das pessoas com quem se trabalha, devendo acompanhar as mudanças que vêm acontecendo nos dias atuais.

A respeito, (Brasil, 2002, p. 37) assegura:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

A escola do campo não pode ser apenas aquela escolinha conhecida como escolinha da roça do período imperial, ela precisa acompanhar as mudanças que estão acontecendo, é uma educação específica, mas que respeita as diferenças entre cada aluno, com um amplo processo de formação humana.

Numa perspectiva mais elevada, Arroyo (2004, p. 23) explana:

Um primeiro desafio que temos, é perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta. Ter isto claro ajuda na forma de expressão e implementação de nossa proposta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

Cada avanço conquistado pela escola do campo foi graças aos movimentos sociais que em seus debates têm lutado por políticas educacionais, e nessas lutas conseguiram a aprovação das Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Essas diretrizes definem a identidade da mesma de acordo com a sua realidade.

Assumir uma educação do campo é ter compromisso ético e moral com a pessoa que vamos trabalhar, respeitando sua história, assumindo uma responsabilidade social com quem vamos trabalhar, respeitando toda a história trazida por essas pessoas, pegando aquela história já começada para dar continuidade.

Os princípios da educação do campo são bem claros ao expressar que querem uma educação de qualidade, mostrando que é um direito de todos os povos do campo, e que essa educação precisa respeitar as organizações sociais e o conhecimento que seu povo produziu durante a sua vida. Quando esse conhecimento não é respeitado, pode prejudicar o desenvolvimento sustentável dessa população, desrespeitando as características do campo.

A LDB nº 9.394/96, no Artigo 28, promove um espaço para outra forma do ensino no campo, “ofertando da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias as suas necessidades e interesses dos alunos da zona rural” (BRASIL, 1996).

De acordo com o que foi proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é para promover para as crianças do campo uma Educação Básica de acordo com as necessidades e interesses dos que moram nesta área.

Como relata Arroyo, (2004, p.74)):

Quando situamos a escola no horizonte dos direitos, temos de lembrar que os direitos representam sujeitos – sujeitos de direitos, não direitos abstratos-, que a escola, a educação básica tem de se propor tratar o homem, a mulher, a criança, o jovem do campo, como sujeitos de direitos. Como sujeitos de história, de lutas, como sujeito de intervenção, como alguém que constrói, que está participando de um projeto social. Por isso a escola tem de levar em conta a história de cada educando e das lutas do campo.

A escola do campo não pode ser de qualquer jeito. Quem vai atuar nesta área precisa lembrar que os sujeitos com quem vai atuar têm os seus direitos garantidos por lei, tendo a sua história narrada de forma especial, e que precisou de sujeitos que lutaram por ela, como sujeitos de intervenção, que interferiram na sua história, para que ela se tornasse melhor, que proporcionasse àquele povo uma vida digna. É por isto que a escola deve respeitar esses direitos na hora de elaborar as suas propostas de atuação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Fernandes (2005, p. 10), “a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos da reforma agrária”. Este é um fato extremamente relevante na compreensão da história da Educação do Campo, sendo um espaço de vida de várias dimensões e nos possibilitando leituras amplas do que é uma escola de campo.

Quando elaboramos a problemática no início do trabalho foi feita a seguinte pergunta: é possível oferecer um ensino de boa qualidade na zona rural? Depois de toda pesquisa, acreditamos que conseguimos atingir os objetivos da nossa pergunta. Todos têm direito a uma educação de qualidade, independentemente do local onde moram.

A Educação do Campo deve valorizar os saberes e as experiências dos sujeitos do campo, suas manifestações políticas, suas culturas, sua vida social no ambiente onde eles moram como também, deve considerar seus históricos de luta pela garantia dos territórios, suas identidades, sua divisão social do trabalho.

Hoje, graças às lutas de moradores da zona rural, a educação do campo tem políticas públicas construídas por ações do Estado garantindo uma educação de qualidade para os filhos dos que moram na zona rural, e essa educação oferecida não pode ser de qualquer forma, ela precisa suprir as necessidades e a realidade social daquela localidade.

Para que a educação do campo ganhasse força, ela precisou se fortalecer, e isto aconteceu por meio de movimentos e organizações sociais.

Neste aspecto, são pertinentes as argumentações de Souza (2008, p. 1098):

[...] uma *rede social*, composta pelos sujeitos coletivos que trabalham com a educação do campo e que dela se aproximam. Nessa rede encontramos ONGs, universidades, secretarias estaduais e municipais de Educação, movimento sindical, movimentos e organizações sociais, centros familiares de Formação de Alternância e o MST.

Esses movimentos provocaram mudanças significativas, além de ser aceito apenas professores formados, precisam estar atualizando os seus conhecimentos com formações continuadas, para atuarem nas escolas do campo, preparando os alunos para a vida. Tudo isto é monitorado pelo Governo do Estado e pelos movimentos trabalhistas existentes em cada localidade.

São valiosas as contribuições de Antônio e Lucini (2005, p. 184):

Preparar para a vida, portanto, perpassa também o processo formativo desenvolvido na escola e ultrapassa um sentido individualista, em que caberia ao sujeito estabelecer a relação de sua formação com a realidade social e econômica. Esse vínculo adquire, no âmbito da educação popular, um caráter orgânico entre a formação escolar e inserção social dos sujeitos, que necessita ser explicitado no próprio processo das práticas educativas desenvolvidas.

Uma prática pedagógica libertadora, onde o aluno possa criar e opinar sobre o aprendizado que está adquirindo, onde o professor possa trabalhar de forma multidimensional, integrando conhecimento e áreas de estudo, visando a uma prática que articule diversos campos do saber e da realidade do aluno do campo.

Antônio e Lunini (2005, p. 192) nos fazem refletir sobre as práticas pedagógicas usadas em sala de aula, conforme citação abaixo:

[...] as reflexões possíveis diante das dificuldades na apropriação de uma prática pedagógica fundada na concepção de uma educação libertadora, que, juntamente com outras práticas sociais e políticas, viabilizem uma transformação social, nos impelem a afirmar que necessitamos, como educadores, continuar a reinventar nossas práticas pedagógicas, problematizando-as, para que, assim, se tornem, elas também, temáticas em processo de conhecimento.

O educador precisa estar preparado para lidar com as diferenças, mudando o paradigma, ou seja, repensar as suas práticas pedagógicas, valores, conteúdos. Somos todos diferentes e como educadores devemos repensar as práticas, os valores, os currículos e os conteúdos escolares a partir da realidade social e cultural de quem estamos educando.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Clésio Acilino e LUCINI, Marizete. Ensinar e Aprender na Educação do Campo: Processos Históricos e Pedagógicos em Relação. cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acessado em 02/04/2014.
- ARROYO, Miguel Gonzales. **Imagens quebradas Petrópolis: Vozes**, 2004.
- ARROYO, Miguel G. **Educação Básica e Movimentos Sociais. A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: UnB, 15-52, 1999.
- BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho de Educação do Campo. Brasília. DF, 2001.
- BRASIL, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 2001.
- BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Conselho Nacional e Educação/Câmara de Educação Básica, Brasília, 2002.
- BRASIL. Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo. CNE/MEC, Brasília, 2002.
- BRASIL_____. Lei nº9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília: DF: 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002. Institui as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32.
- BRASIL. **Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Lei de 15 de Outubro de 1827. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acessado em 31/março de 2014. Acessada em 20 mar. 2014
- CALDART Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Porto Alegre: 2000.
- CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem terra: do acampamento às escolas**. Boletim da Educação MST. Porto Alegre. 2001.
- CALDART, Roseli Salete. **Sobre educação do campo**. (2007). Disponível em: <http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/ii_03.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2014.
- CARVALHO, Jose Murilo de. **A Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf>. Acesso em 11 fev. 2014.
- CARVALHO, E. J. G. de. Educação e diversidade cultural. In: CARVALHO, E. J. G. de.; FAUSTINO, R. C. (Orgs.). Educação e Diversidade Cultural. Eduem, Maringá, 2010. p. 17-54.

CUNHA, Myrtes Dias da. Educação infantil e cotidiano escolar. In: SILVA, Sérgio Pereira da. (Org.). **Teoria e prática na educação**. Catalão: UFG Campus de Catalão, 2008, p.120-131.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. Brasília 2005.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta**. (2011) Disponível em: <http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/413_546_publipg.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. - **Fundamentos de metodologia científica**. 5º ed., São Paulo, Atlas, 2001, p. 43-44.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico /4 ed-São Paulo. Revista e Ampliada**. Atlas, 1992.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

MAGALHÃES, Lúvia Diana Rocha. **A educação na primeira República**. (2005) Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_057.html>. Acesso em: 11 fev. 2014.

MANZO, Abelardo J. **Manual para preparação de monografias: um guia para apresentar informações e teses**, 2.ed. Buenos Aires. 1971.

MOURA, Edinara Alves de. **Lugar, saberes e educação do campo: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira – Distrito de São Valentim, Santa Maria, RS**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Políticas “Públicas” e Educação do Campo: em Busca da Cidadania Possível?** Disponível em: <revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download>. Acessado em Acesso em: 16 mar. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de; GARCÍA, Maria Franco. **Luta, resistência e educação do campo: o MST na Paraíba** (2008). Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/espaco/article/view/13550/9107>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

OLIVEIRA, Caroline Mari de; BOIAGO, Daiane Letícia. **Bases legais para uma educação do e no campo e as experiências educativas de uma escola de agroecologia na região norte do Paraná**. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/>>. Acessada em 17/03/2014. Acessada em 13 mar. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura Brasileira– Transformações recentes**. In ROSS, Jurandir (Org.) *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2001, 467-546.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 27-64

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. **Educação do campo:** um olhar panorâmico. (2004) Disponível em: <http://educampoparaense.locasite.com.br/arquivo/pdf/18Texto_Base_Educacao_do_Campo.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**, São Paulo: Best Seller, 1999.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e Produção Científica.** Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 21/03/2014.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo.** Link de acesso <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a02v2772>. Acessado em 25/03/2014.